

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
23ª Sessão Ordinária de 2017

Dia: 12/12/2017

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 22ª Sessão Ordinária (28/11/2017).

Processo com Pedido de Vista

Pedido de Vista em 28/11/2017

2) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000138/2017-65

Requerente: Comissão de Planejamento Estratégico

Assunto: Proposta de Indicadores Estratégicos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta – Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

3) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000014/2017-80

Requerente: Comissão da Infância e Juventude

Assunto: Visa à formação de um grupo de trabalho especial, com o objetivo de formatar e implementar estratégias de efetivação das medidas em meio aberto em todo o território nacional, bem como o desenho de legislação para acompanhamento de execução das referidas medidas no âmbito do CNMP, à simetria da que trata as medidas privativas de liberdade.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001811/2013-51
Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos das Portarias n.º 608/2013, 796/2013, 1.435/2013 e 1.437/2013, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, as quais removeram membros do mencionado Parquet, em detrimento da remoção do requerente que não teve o seu direito adquirido reconhecido. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Pernambuco
- 5) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000132/2017-98
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa realizar visita técnica no Estado do Rio Grande do Sul, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 6) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000133/2017-32
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa apurar a atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo no caso ocorrido em mostra de arte do Museu de Arte Moderna – MAM, em São Paulo/SP.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (12/12/2017)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001801/2014-04
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessado: Associação Goiana do Ministério Público – AGMP
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO n.º 17275
Assunto: Requer o controle do pagamento retroativo do auxílio-moradia aos membros do Ministério Público do Estado de Goiás, conforme relatado em matéria jornalística.
Relator: Cons. Sebastião Caixeta Vieira
Origem: Distrito Federal

- 8) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000081/2017-02
Requerente: Comissão de Planejamento Estratégico
Assunto: Proposta de relatório anual de atividades do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 2º, V, da Constituição Federal.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta – Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências n.º 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

- 2) Proposição n.º 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correções e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correções e Inspeções.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 08/08/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00741/2016-65
Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato n.º 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Bahia
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

- 4) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 14/11/2017

- 5) Reclamação Disciplinar n.º 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522
Embargado: Monique Cheker de Souza
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 6) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00241/2017-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Maria Marília Oliveira Calado
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Comparecimento ao expediente forense. Procuradoria da República na Comarca de Garanhuns. Morosidade na instrução de procedimentos extrajudiciais. Baseada na Sindicância CNMP n.º 0.00.000.000448/2016-07 e na Correição CNMP n.º 0.00.000.000463/2016-47.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedidos de Vista em 28/11/2017

- 7) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00458/2017-79
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Advogado: Ivan Moraes Ribeiro – OAB/DF n.º 44.785
Objeto: Ministério Público Militar. Descumprimento de deveres funcionais. Lei Complementar n.º 75/1993. Abandono de cargo em decorrência de falta injustificada.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

- 8) Avocação nº 1.00671/2017-53
Requerente: Flávio Bussab Della Líbera
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2016. Gravação supostamente clandestina. Supostas ilegalidades na audiência de instrução.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Acre
Vista: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00794/2017-49
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogado: Lorena Maria de Alencar Normando da Fonseca – OAB/DF nº 33.980
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Violação do dever legal de declarar-se impedido. Portaria CNMP-CN nº 169/2017. Baseada nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000211/2016-18.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 10) Proposição nº 1.00973/2017-77
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00998/2017-34
Requerente: Emerson Maciel Elias
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão do Conselho Superior proferida no julgamento do Edital de Promoção nº 067/2017. Garantia de posição de antiguidade. Promoção por merecimento do requerente à Promotoria de Justiça de Aurora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Ceará
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Processo com julgamento iniciado

- 12) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 19ª Sessão (10/10/2017)

- 13) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: José Carlos Cruz
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: São Paulo
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00360/2016-59
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Desconstituição de decisões nos autos do Procedimento Administrativo nº 08190.041530/04-18, que prorrogaram prazo para entrega de tese de doutorado do Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00807/2016-44
Requerentes: Luiz do Valle Miranda Junior; Odete do Valle Miranda
Advogado: Walmir Hugo Pontes dos Santos Junior – OAB/PA n.º 15.317
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão. Recomendação para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar se abstenham de efetivar reintegrações de posse sem a existência de decisão judicial, ainda que nas hipóteses previstas no art. 1.120, § 1º, do Código Civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Pará
- 16) Pedido de Providências nº 1.00390/2017-82
Requerente: Estado do Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Ajuizamento de ação civil pública contra Governador. Processos n.º 0041152-11.2016.803.0001, n.º 0053592-39.2016.803.0001 e n.º 0002637-07.2016.8.03.0000. Usurpação de competência do Procurador-Geral de Justiça por parte de Promotor de Justiça. Lei Complementar n.º 89/2015. Pedido de afastamento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amapá

17) Proposição nº 1.00582/2017-16

Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

18) Proposição nº 1.00687/2017-20

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público. Atuação em conflitos coletivos agrários e fundiários.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

19) Procedimento Avocado nº 1.00753/2017-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procedimento Avocado. Representação por Remoção Compulsória nº 2016.0032.4905-02. Conforme decisão proferida na Avocação CNMP nº 1.00503/2017-03.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

20) Proposição nº 1.00576/2017-96

Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Visitas institucionais. Instituições que atendem pessoas portadoras de deficiência/necessidades específicas de saúde em regime de acolhimento e/ou internação.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

21) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01

Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM

Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria-Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Ceará

- 24) Pedido de Providências nº 1.00661/2017-09
Requerentes: Associação Paraibana do Ministério Público – APMP; Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Auxílio-moradia. Cônjuge beneficiário. Indeferimento.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Paraíba
- 25) Proposição nº 1.00752/2017-53
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 26) Pedido de Providências nº 1.00903/2017-55
Requerente: Thomas Santos Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Bahia
- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00916/2017-60
Requerente: Márcio Giorgi Carcará da Rocha
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Procedimento de Gestão Administrativa nº 18373/2017. Determinação ao Conselho Superior de suspensão de distribuição, relatoria, andamento e votação dos editais nº 14 a 33/2017. Que sejam assegurados aos prejudicados o tempo de entrância intermediária na carreira. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Piauí

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

- 28) Proposição nº 1.00579/2016-67
Requerente: Walter de Agra Júnior
Objeto: Proposta de Emenda Regimental que altera o art. 54, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013), possibilitando a sustentação oral por videoconferência, no âmbito do CNMP.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00935/2016-06
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00938/2016-77
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Cumprimento. Art. 4º, p. u., da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 31) Reclamação Disciplinar nº 1.00279/2017-40 (Recurso Interno)
Recorrente: José Olympio Rangel Barreto
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogados: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES nº 15.452; Daniel Loureiro Lima – OAB/ES nº 10.253; Thiago Carvalho de Oliveira – OAB/ES nº 11.587; Marcela de Oliveira Ramos – OAB/ES nº 19.064; Paula Amanti Cerdeira - OAB/ES nº 23.763; Naiara Nunes Loureiro de Araujo – OAB/ES nº 23.765; Jamilly Pacheco Moreira Favato – OAB/ES nº 26.122
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00637/2017-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição nº 1.00938/2017-67
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Critério temporal para a indicação de Promotor de Justiça para o exercício da função eleitoral não obedece à antiguidade na Comarca, devendo recair sobre aquele que mais remotamente a exerceu.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal

- 34) Proposição nº 1.00939/2017-10
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Indeferimento de desconto em folha dos servidores filiados a sindicato sem personalidade sindical, em razão da falta de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 35) Proposição nº 1.00948/2017-01
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Prerrogativas dos remanescentes de lista tríplice anterior, composta para fins de promoção por merecimento, nos termos estabelecidos pelo art. 61, V, da Lei n.º 8.625/93, mediante análise fundamentada do Conselho Superior.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 36) Proposição nº 1.00951/2017-70
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Recomposição do primeiro quinto de candidatos habilitados à remoção ou promoção por merecimento realizada, sucessivamente, na sequência da ordem de antiguidade, tantas vezes quantas necessárias para a formação da lista tríplice objeto da votação.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 37) Proposição nº 1.00961/2017-15
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Competência do CNMP em conceder direito negado judicialmente.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 38) Proposição nº 1.00965/2017-30
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Arquivamento do feito administrativo, quando verificada a identidade de objetos e de partes entre a ação judicial e o procedimento em curso no CNMP.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

- 39) Proposição nº 1.00978/2017-45
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A existência de mecanismos de transparência ativa, como o Portal da Transparência, não desobriga o Ministério Público do dever de Transparência passiva, devendo prestar as informações que lhe forem solicitadas diretamente pelo cidadão, ainda que disponibilizadas em sítio eletrônico da Instituição.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 40) Proposição nº 1.00979/2017-07
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O sigilo nos processos administrativos, inclusive disciplinares, só é admitido em caráter excepcional, dada a regra da publicidade, consagrada nos art. 5º, XXIII, 37 e 93, IX e X, da Constituição da República.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 41) Proposição nº 1.00986/2017-82
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É imperativo que o Ministério Público divulgue os critérios utilizados na correção das provas discursivas de seus concursos para o provimento do cargo de membro, oportunizando acesso ao espelho de prova e garantindo prazo para interposição de recursos.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição nº 1.00990/2017-03
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público substituir-se às bancas examinadoras, seja na elaboração, na correção ou na anulação de questões de provas de concursos públicos do Ministério Público brasileiro, desde que ausente ilegalidade manifesta ou violação à Resolução do Conselho.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00991/2017-59
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Para a modificação de gabarito preliminar de concurso, exige-se motivação, por se tratar de decisão administrativa, seja em face de recurso, seja em caso de revisão de ofício.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal

- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público 02/2013.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Espírito Santo

Processos desta Sessão (12/12/2017)

- 45) Proposição nº 1.00294/2016-71
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 46) Procedimento Avocado nº 1.00920/2016-93 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Avocação. Sindicância nº 864628.2014.30954, do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00376/2017-15 (Embargos de Declaração)
Embargante: Escola Superior do Ministério Público da União
Embargado: Leandro Lara Moreira
Objeto: Ministério Público da União. Escola Superior. Programa de Pós-Graduação. Edital-ESMPU 101/2016. Indeferimento de participação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00452/2017-47
Requerente: Geisielli Aparecida Carvalho Marin de Medeiros
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Concurso nº 02/2015. Cargo de Analista Técnico Científico. Irregularidade na classificação.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: São Paulo

- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00473/2017-90
Requerente: Rozane Moreira Alves da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Concurso para cargo de Analista Técnico Científico. Vagas para portadores de deficiências. Ordem de classificação.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: São Paulo
- 50) Reclamação Disciplinar nº 1.00479/2017-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Maria Aparecida Mello da Silva Losso
Advogado: Paulo Marcelo Seixas – OAB/PR N.º 38077
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná
- 51) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00542/2017-38
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Diego Marcelo Padilha Goncalves – OAB/AM n.º 7613; Catharina de Souza Cruz Estrella – OAB/AM n.º 7.006; Felix Valois Coelho Junior – OAB/AM n.º 339
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas. Comarca de Lábrea. Reclamações Disciplinares n.º 1.01037/2016-10 e n.º 1.01039/2016-28. Omissão reiterada em prestar informações. Reincidência.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00667/2017-30
Requerente: João Paulo Leite Tozzi
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Concurso público. Cargo de Analista Técnico Científico, especialidade biólogo. Candidato portador de necessidades especiais. Convocação de candidatos com nota inferior. Processos n.º 1.00452/2017-47 e n.º 1.00473/2017-90.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: São Paulo
- 53) Pedido de Providências nº 1.00688/2017-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Diego Fernandes Barbosa
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Inquérito Civil nº 14.0422.0001445/2015-5. Irregularidades. Demissão de funcionários ocupantes da função de cobradores de ônibus. Município de Santa Isabel.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: São Paulo

- 54) Revisão de Decisão do Conselho n° 1.00715/2017-36 (Recurso Interno)
Recorrente: Narcizo Correia de Souza Filho
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revisão. Decisão proferida no PCA n° 1.00189/2017-50. Irregularidades na nomeação de candidato aprovado em concurso para provimento de cargos no Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Piauí
- 55) Consulta n° 1.00724/2017-27
Requerentes: Corregedoria do Ministério Público Federal; Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho; Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Aplicação da Resolução CNMP n° 174/2017. Possibilidade de o Ministério Público Federal manter ativo o seu Sistema Cidadão, sem a necessidade de registrar como Notícia de Fato todas as demandas que lhe sejam dirigidas.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 56) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00789/2017-72 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcelo Barbosa de Castro Zenkner
Advogado: Thiago de Oliveira – OAB/RJ n.º 122.683
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conselho Superior. Suspensão do julgamento das promoções previstas nos editais 22/2016, 23/2016, 24/2016, 16/2017, 17/2017, 18/2017, 19/2017, 20/2017, 21/2017 e 22/2017. Declaração de nulidade do art. 18, da Resolução n° 053/2016, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Espírito Santo
- 57) Pedido de Providências n° 1.00820/2017-48 (Embargos de Declaração)
Embargante: Mario Cezar Raminelli
Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Promoção de arquivamento. Procedimento Administrativo n° MPPR n° 0020.12.000250-4. Apuração de irregularidades ocorridas na Santa Casa de Misericórdia do Município de Cambé.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Paraná
- 58) Pedido de Providências n° 1.00909/2017-87 (Recurso Interno)
Recorrente: Matheus Baraldi Magnani
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Negativa em instaurar procedimento investigativo. Irregularidades ocorridas em Hospital conveniado ao SUS. Destruição de registros comprobatórios do ilícito.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: São Paulo

- 59) Proposição nº 1.00927/2017-69
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP nº 181/2017. Alteração. Artigos 9º e 15. Instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 60) Proposição nº 1.00928/2017-12
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Criação da Comissão Extraordinária de Acompanhamento das Eleições 2018.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 61) Proposição nº 1.00936/2017-50
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Critério inserido na Resolução CNMP nº 30/2008 para a indicação do membro que exercerá as funções eleitorais leva em conta a Zona Eleitoral de atuação, e não a Comarca.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 62) Proposição nº 1.00947/2017-58
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A promoção por merecimento, ainda que norteadas por critérios objetivos e eventualmente precedida de avaliação dos candidatos pela Corregedoria local, não prescinde de um natural resquício de subjetividade, devendo os votos do Conselho Superior serem documentados para o caso de se submeterem a posterior controle.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 63) Proposição nº 1.00957/2017-00
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O termo inicial para a prescrição da pretensão de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada é a data de 1/10/2007, data do reconhecimento de tal direito pelo colegiado do CNMP.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal

- 64) Proposição nº 1.00967/2017-47
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É condição de conhecimento de representação no Conselho Nacional do Ministério Público a identificação de representante. Há possibilidade, todavia, de Conselheiro do CNMP assumir a autoria e conhecer do pedido.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 65) Proposição nº 1.00972/2017-13
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Superior do Ministério Público a reapreciação de atos inerentes à atividade-fim dos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 66) Proposição nº 1.00977/2017-91
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se conhece a notícia anônima, genérica, desprovida de elementos informativos mínimos. A notícia anônima, com fato concreto e grave, quando se justifica o temor do noticiante, pode ser convertida em procedimento de iniciativa do Conselheiro Relator, do Plenário, ou de qualquer Conselheiro.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 67) Proposição nº 1.00988/2017-90
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O número de vagas oferecidas em concurso público, em número de 1 (um), permite a aplicação do percentual de vagas para portadores de necessidades especiais estabelecidas na Lei Maior.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 68) Proposição nº 1.00989/2017-43
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O atraso no início das provas não é fator bastante, por si só, para se considerar violado o princípio da isonomia no concurso realizado, se a isso não forem agregados outros elementos evidenciadores de prejuízo à igualdade de oportunidades na disputa.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal

- 69) Proposição nº 1.00993/2017-66
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Cabe à Comissão de Concurso a apreciação dos recursos contra os resultados das provas de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público, podendo se valer da logística das bancas examinadoras para a prática de atos meramente executórios.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 70) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2017-48
Requerente: Paulo Marcio da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Fraudes em processos judiciais. Seguradora de consórcio de seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre). Conflito de atribuições entre órgãos do Parquet. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Minas Gerais
- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01062/2017-76
Requerente: Cynthia Casseb Nascimben Galli
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Conselho Superior. Concurso para 4º Promotor de Justiça de Catanduva. Promoção por merecimento. Anulação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: São Paulo
- 72) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01063/2017-20
Requerente: Marcos Antônio Ferreira das Neves
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Colégio de Procuradores. Construção de sala para reuniões. Deliberação pela demolição. Atentado contra a autoridade da decisão do Procurador-Geral de Justiça. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Pará
- 73) Proposição nº 1.01066/2017-90
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de defesa do Meio Ambiente e de Fiscalização das Políticas Públicas Ambientais. Resolução CNMP n.º 145/2016.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

- 74) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.01067/2017-44 (Recurso Interno)
Recorrente: Roberto Carlos Batista
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Documento novo. Pedido de revisão de acórdão proferido. Pedido de suspensão cautelar da decisão.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 75) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01113/2017-32
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Manifestação pública indevida através de rede social. Decisão proferida na Reclamação Disciplinar nº 1.00360/2017-49. Portaria CNMP-CN nº 274/2017.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público